

## **MECANISMOS DE RETOMA ENUNCIATIVA**

MARIA EMÍLIA PACHECO LOPES PEREIRA\*

Os usos de língua documentados nos jornais são exemplos de actos discursivos que *retransmitem* situações prévias de comunicação.

De um ponto de vista pragmático, i.e., considerando os intervenientes em tal acto comunicativo, o mais importante é considerar que o jornalista / articulista se investe do conhecimento de determinado discurso original, sendo, muito frequentemente, através desse actor social que os leitores têm conhecimento deste discurso. Muito frequentemente, apenas assim.

Virei a demonstrar que, em actos discursivos encetados por textos jornalísticos, é evidenciada a interpretação de tal discurso prévio.

Nem sempre o discurso original é rastreável. Contudo, a retoma de palavras alheias é exibida em sequências formais de discurso directo e de discurso indirecto que introduzem/comentam/interpretam discursos originais. Repetidas vezes, quando um jornalista cita em estilo indirecto e de igual modo quando o faz sob a forma directa, os verbos que usa qualificam as enunciações veiculadas em diferido. Particularmente, se as palavras de outrem são transcritas, i.e., se há citação directa, o verbo que ocorre poderia, frequentemente, ocorrer em estilo indirecto. Sob o ponto de vista teórico, em ambos os procedimentos o verbo é da responsabilidade enunciativa do locutor, tendo a virtualidade de apresentar a citação previamente qualificada, o que é verdade até do ponto de vista da linearidade dos elementos concatenados.

---

\* Universidade do Minho, Braga.

No discurso indirecto tanto o verbo introdutor quanto a estrutura que se lhe siga (as mais das vezes, para os verbos presentes na imprensa portuguesa, uma completiva ou estrutura nominal) são uma interpretação, destaque e eventual reformulação do que outrem disse.

A mesma função ocorre na citação directa introduzida por determinado verbo enunciativo pois que a literalidade imputável ao discurso directo atinge o conteúdo subsequente ao próprio verbo, não o incluindo necessariamente.

No relato em discurso directo é possível avaliar a mesma consonância/dissonância entre interpretação do acto locutório e sua reprodução. Ou seja, se sucede ao verbo (por exemplo, *reconhecer*; *admitir*; *repudiar*; *criticar*) uma sequência que veicula a literalidade do acto inicial (amiúde introduzida pelo verbo dizer no gerúndio), o sujeito pode determinar, no relato assim disponibilizado, o que há de interpretação própria do locutor, eventualmente (e, no limite), não suportada pelo conteúdo literal da enunciação prévia. Ainda que assim seja, muitas das vezes que ocorre discurso indirecto e por definição mesma de tal mecanismo de retoma enunciativa, este torna o acto discursivo anterior irredimível.

Convoco Graciela REYES e a sua definição de *oratio quasi obliqua*, «veremos el discurso del otro asumido como propio, completamente o quasi completamente».

A *oratio quasi obliqua* ocorre nos jornais pois que, nestes, situações comunicativas são diferidas, sendo para elas encontrado um valor accional: «En su conjunto, puede concebirse el acto de comunicación entre periodista y lector como un proceso en el que S tiene la función social de retransmitir lo que, estrictamente, no es un hecho o una novedad, sino otra situación comunicativa.». A autora esclarece que S é o locutor, não o enunciador (1984:209).

Como venho a documentar já de seguida, o acto ilocutório assim configurado é estritamente imputável ao seu locutor sendo impossível aferir se a relação de valor ilocutório é consentânea com o discurso prévio. Tenha o jornalista compreendido o que fez o locutor com o seu discurso e escolha responsabilizar-se por essa adscrição, aparecerão marcas verbais ilocutórias.

A reprodução do discurso numa nova enunciação pode, ocasional e explicitamente, diferir valores ilocutórios; agora, o que sempre fará – enquanto nova enunciação – é responsabilizar o seu locutor pelo que transmite.

Postulando que a informação semântica de um discurso pode estar contida numa sequência que o represente como um todo, o *tópico* de uma *macro-estrutura*, van DIJK vê que «los sujetos que reproducen un relato producirán un discurso que contenga principalmente macro-proposiciones.» (van Dijk, 1988: 232).

Pela análise do *corpus*, é possível encontrar passagens em que o relator encontra (pelo exemplo, transmite) um valor particular ao acto discursivo relatado, valor este configurado no verbo *repudiar*:

*«O voto dos dois independentes considera inaceitáveis os termos em que José Eduardo Moniz se refere à mensagem dirigida pelo Presidente à Assembleia da República e «repudia o manifesto abuso de poder que tais declarações patenteiam».*

*Socialistas e comunistas batem palmas ao Presidente,  
Correio da Manhã*

No entanto o seu uso, particularmente na informação, é escasso. Há, preferencialmente, recurso a verbos introdutores de discurso neutros. Ou mesmo a denegação dos primeiros em favor dos últimos. Atente-se no exemplo:

*«O Presidente da República pede apenas uma «reflexão actualizada» sobre a Comunicação Social, sublinhou AM, para lembrar que o tema voltará a debate já amanhã.»*

*Caos no Parlamento, Presidente da República analisa comunicação social,  
Diário Popular*

A última passagem transmite um momento de discussão na Assembleia da República. Ainda que os sinais gráficos de citação não o levem a supor, toda a sequência anterior ao verbo é a intervenção literal de Adriano Moreira.

O verbo apenas dá ênfase à intervenção transcrita pois que ela teve um valor ilocutório particular negligenciado pelo relato jornalístico. É a continuação que aflora o valor que a enunciação diferida teve. Na realidade, ela foi uma admoestação à Câmara no sentido de reflectir, tal como o solicitado, nas questões da Comunicação Social.

Assiduamente, um verbo assertivo neutro evidencia a mera menção a palavras de outrem. Algo compreensível quando consideradas a volatilidade de produções discursivas ou do seu relato e a extrema responsabilidade que é adscrever-lhes uma força ilocutória particular.

A leitura dos textos de imprensa irá do assentimento à refutação de opiniões previamente avançadas com matizes interpretativos devido ao *reacondicionamento* a um novo momento enunciativo.

O corpo textual, construído quer por notícias quer por artigos de opinião, reporta-se a um anterior momento enunciativo. Contudo, há uma distinção a fazer entre expressões que impõem uma leitura polifónica tais como as que ocorrem em artigos de opinião, amiúde assinados por um comentador político de ideologia reconhecida, e as que se encontram em notícias. Enquanto, nos primeiros, a continuação argumentativa atesta a plausibilidade relativa atribuída à opinião convocada; nas segundas, tal

informação pode não ser veiculada da mesma maneira. Nestas, pode não haver continuação argumentativa no sentido de tomar como argumento em favor de determinada conclusão a opinião convocada, mas a informação pode efectivamente continuar pelos dados veiculados pela visão alheia enxertada no discurso e não por reservas a ela atribuídas.

Os exemplos seguidamente transcritos, provenientes de textos jornalísticos de informação, demonstram que, quando nestes há a inserção de expressões polifónicas, estas sustentam os conteúdos veiculados.

*É que, segundo apurámos, noutras ocasiões em que houve diferendos entre José Eduardo Moniz e o Presidente da República a televisão fez um esforço nos primeiros quinze dias, mas depois voltou tudo ao mesmo, na óptica de Belém.*

*Por isso, se as situações que Soares considera de falta de isenção política por parte da RTP se vierem a manifestar novamente no futuro, é muito provável que o Presidente decida dirigir uma mensagem ao País sobre este problema, e através da própria televisão.*

*Parabéns Mário, O Independente*

A continuação informativa faz-se linearmente, integrando o conteúdo convocado e a sua proveniência no decurso dos dados transmitidos. Sintomaticamente, a oração coordenada conclusiva sucede à que contém a expressão polifónica, i.e., há um liame semântico entre a informação veiculada num primeiro momento – e que se salienta ser exterior ao sujeito que a repete – e a prossecução textual. Esta explicita consequências do anteriormente enunciado. A passagem do momento marcadamente polifónico ao que não está assinalado como tal faz-se pela sucessão do verosímil ao factual. Há uma diferença a salientar entre o procedimento antes exemplificado e o constatável em artigos de opinião. Estes têm uma amplitude muito maior na apropriação que fazem de enunciações alheias. Tal amplitude pode estribar-se: na suspensão do juízo próprio; na negação polifónica e na indeterminação do locutor, nomeadamente.

a) O fragmento seguinte atesta que a convocação de uma visão alheia coincide com a suspensão do juízo próprio. A suspensão referida é tanto mais evidente quanto está formulada como hipótese. Não há uma efectiva conformação ou polemização do ponto de vista alheio no próprio, antes aquele é enxertado, suspendendo o fluir deste.

*«Se o principal intuito do PR era o de chamar a atenção da generalidade dos portugueses para os vícios e anomalias que, segundo o seu ponto de vista, são detectáveis na CS estatizada, designadamente na RTP – é fora de dúvida que a iniciativa acertou no alvo com a precisão de um míssil teleguiado por sistema laser».*

*A Mensagem, Diário de Notícias, Manuel  
José Homem de Mello*

b) O desenvolvimento polifónico procede também pela negação.

*« E não se diga que o momento não é oportuno porque se aproxima a data das legislativas.*

*O presidente terá defeitos, certamente, mas que ninguém lhe aponte deficiências quanto à sua formação democrática. A mensagem do presidente é clara – é porque se aproximam as eleições legislativas que o Presidente tem a obrigação de falar sobre a sua convicção – de resto, largamente apoiada pela opinião pública – de que «o pluralismo e a isenção não estão a ser suficientemente observados, como determina a Constituição, em órgãos de comunicação social do sector público».*

*A alternância em democracia, Acção Socialista,  
José Manuel Vilaça*

O segmento retirado de «A alternância em democracia» (Acção Socialista, 13.06.91) tem dois momentos polifónicos operantes pelo mecanismo da negação. Este procedimento convoca uma enunciação suposta em que se afirma o conteúdo proposicional que a expressão introdutora de discurso nega. O argumento passível de ser invocado é prontamente englobado no texto e desencadeia uma subsequente contra-argumentação. A segunda vez que a negação polifónica surge, pretende anular um possível argumento aduzido que decorreria do anterior e que, sendo um argumento *ad hominem*, é tido por reconhecidamente insustentável em face da personalidade em causa.

Fundamental para a observação que acabo de produzir é ver que a negação procede de modos relativamente diferentes nos dois momentos citados: no primeiro, por uma partícula apassivante; no segundo, pela expressão de negação «ninguém». Aquele recurso permite invocar opiniões omitindo o agente que as formularia; este desqualifica um qualquer sujeito que emita tal opinião.

O anterior momento de negação no texto «E não se diga que o momento não é oportuno porque se aproxima a data das legislativas», não mencionando o agente de validação da afirmação produzida, deixa que seja visto como a antecipação de um ataque à mensagem de Mário Soares. Que esta constitua uma mera conjectura pela qual o locutor é responsável e não necessariamente um argumento efectivamente avançado, fica claro ao notar que a forma «diga-se que» é usada, nomeadamente, para expressar uma argumentação própria.

O ulterior momento de negação convocará um conteúdo de tal forma inverosímil que se permite mesmo a concessão em admitir defeitos ao Presidente, mas não deficiências quanto à sua formação democrática.

Enquanto que o primeiro momento, procedendo pela omissão do agente, se socorre de uma opinião passível de ser avançada por um qualquer (de

resto, repetidamente documentada nos textos coligidos); o segundo con-  
voca um conteúdo que ninguém, previsivelmente, subscreveria tal qual  
se encontra enunciado. É, assim, um argumento que se sobrepõe ao anter-  
ior e que pretenderá inviabilizar a argumentação plausível antes convo-  
cada. É precisamente porque não se pode apontar deficiências quanto à  
formação democrática de Mário Soares que não se pode aventar a inopor-  
tunabilidade da mensagem próxima das eleições. A explicitação desta di-  
mensão argumentativa é feita daí até ao final do texto, encontrando-se uma  
relação causal entre a proximidade da eleição e as convicções do Presidente  
quanto à não observância do pluralismo na Comunicação Social.

Importante é salientar que em nenhum momento do texto de Mário  
Soares estes conteúdos são sujeitos a esta relação explícita: eles são tão  
somente contíguos, quando muito, e a circunstância particular em que a  
missiva surge ilustra e torna inadmissíveis a falta de pluralismo e isenção;  
quem neles vê causalidade é, de facto, o comentador.

De algum modo o texto permite esta mesma determinação: é pela letra  
do discurso que a relação semântica entre os dois conteúdos depende da  
actividade interpretativa. Contextualmente é possível atribuir uma relação  
semântica a conteúdos que se furtam, explicitamente, a marcá-la na sua  
superfície (Anna Jaubert, 1992).

Na liberdade de apropriação do anteriormente dito, o comentador  
acrescenta – em limites que o texto permite – como esquece. No texto de  
Mário Soares existe uma dimensão de consenso universal, que é esquecida  
pelo comentador da Acção Socialista, e esta estava enunciada a par da  
proximidade das eleições no texto original:

*«Durante a campanha eleitoral para a Presidência da República prometi aos  
portugueses que, no início do meu segundo mandato, dirigiria uma mensagem à  
Assembleia da República sobre comunicação social. Essa promessa baseou-se na  
minha convicção— confirmada por vários protestos públicos vindos de  
quadrantes diferentes — de que o pluralismo e a isenção não estão a ser sufici-  
entemente observados, como determina a Constituição, em órgãos de comuni-  
cação social do sector público.*

*Esta situação, aliada à circunstância de se aproximarem as eleições legisla-  
tivas, leva-me a dirigir a presente Mensagem, certo de que, da sua discussão,  
resultarão certas medidas que acautelem e corrijam abusos e irregularidades que,  
sendo sempre inaceitáveis, se tornam particularmente graves em tempo eleitoral  
e num momento em que, à escala mundial, o pluralismo e a liberdade de infor-  
mação são considerados valores universais.» (sublinhados meus).*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALSTON, William P., 1994 – «Illocutionary acts and linguistic meaning», in TSOHATZIDIS, Savas, *Foundations of Speech Act Theory*, London, Routledge.
- ATTAL, Pierre, 1976 – «L'acte d'assertion», in *Semantikos*, V.1, N.º 3, pp. 1-12.
- AUSTIN, J. L., (1962), 1976 – *How to Do Things with Words*, Oxford, Oxford U.P.
- BAKHTINE, Mikhail, 1977 – *Le Marxisme et la Philosophie du Langage*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BANFIELD, Ann, 1973 – «Narrative Style and the Grammar of Direct and Indirect Speech», in *Foundations of Language*, Vol. 10, N.º 1, pp.1-39.
- CHAROLLES, Michel, 1976 – «Exercices sur les Verbes de Communication», in *Pratiques*, 9.
- DIJK, Teun A. van, (1977)1988 – *Texto y Contexto: Semántica y Pragmática del Discurso*, Madrid, Cátedra.
- 1981 – *Studies in the Pragmatics of Discourse*, Mouton, The Hague.
- 1988 – *News Analysis: Case Studies of International and National News in the Press*, Lawrence Erlbaum Associates, Hillsdale, New Jersey.
- 1988 – *News as Discourse*, Lawrence Erlbaum Associates, Hillsdale, New Jersey.
- FAIRCLOUGH, Norman, (1989) 1992 – *Language and Power*, London and New York, Longman.
- FONSECA, Joaquim, 1992 – *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Explicação*, Lisboa, ICALP/Ministério da Educação.
- FOWLER, Roger, 1991 – *Language in the News*, London and New York, Routledge.
- GARAVELLI, Bice Mortara, 1985 – *La Parola d'altri*, Palermo, Sellerio Ed.
- JAUBERT, Anna, 1992 – «De la stylistique en Linguistique» in *Actas do XIX Congreso Internacional de Linguística e Filoloxía Románicas*, La Coruña, Galicia Editorial.
- LEONARDI, Paolo, SBISA, Marina, 1984 – «Speech Acts after Speech Act Theory», in *Journal of Pragmatics*, Vol.8, N.º1.
- LOZANO, Jorge, PEÑA-MARÍN, Cristina e ABRIL, Gonzalo, 1982 – *Análisis del Discurso: Hacia una Semiótica de la Interacción Textual*, Madrid, Cátedra.
- MAINGUENEAU, Dominique, 1987 – *Nouvelles Tendances en Analyse du Discours*, Paris, Hachette.
- 1991 – *L'Analyse du Discours, Introduction aux Lectures de l'archive*, Paris, Hachette.
- 1991b – *L'Énonciation en Linguistique Française*, Paris, Hachette.
- FERRIN, Laurent, 1989 – «L'interprétation du Discours Rapporté», in C. Rubattel (Ed.), *Modèles du Discours – Recherches Actuelles en Suisse Romande*, Berna, Peter Lang.
- REYES, Graciela, 1982 – «El Estilo Indirecto en el Texto Periódico», in *Linguística Española Actual*, Instituto de Cooperación Ibero-Americano, Madrid, IV/I.
- 1984 – *Polifonía Textual: La Citación en el Relato Literario*, Madrid, Ed. Gredos.
- 1993 – *Los Procedimientos de Cita: Estilo Directo y Estilo Indirecto*, Madrid, Arco Libros.

- SEARLE, J. R., 1969), 1972 – *Les Actes de Langage: Essais de Philosophie du Langage*, Paris, Hermann.
- 1979 – *Expression and Meaning*, Cambridge, C. U. P.
- SILLINCE, J. A. A., 1995 – «Shifts in Focus and Scope during Argumentation», in *Journal of Pragmatics*, Vol.24, N.°4.
- WAUGH, Linda R., 1995 – «Reported Speech in Journalistic Discourse: The Relation of Function and Text» in *Text*, Vol. 15-1, Pp. 129-173.